

ARTIGOS

Submetido 28-12-2020. Aprovado 06-12-2021. Avaliado pelo processo de *double blind review*.

DOI: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n88.82967>

CONSTRUÇÃO DE AGENDA E DESAFIOS LOCAIS À VALORIZAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO COLETIVO DO NEGÓCIO DE ARTESANATO NO ALTO DO MOURA-PE

Agenda setting and local challenges to valuation and collective development of the craft business in Alto do Moura, PE

Agenda, retos locales, valor colectivo y mejora del negocio de artesanías en Alto do Moura-PE

Jessica Rani Ferreira de Sousa¹ | jessica.rani@ufpe.br | ORCID: 0000-0001-8672-9246

Marcio Sá² | marciodesa@gmail.com | ORCID: 0000-0002-1001-8381

Myrna Suely Silva Lorêto³ | myrna.loreto@ufpe.br | ORCID: 0000-0003-1603-6473

Denise Clementino de Souza^{4,5} | denise.csouza@ufpe.br | <https://orcid.org/0000-0002-8292-5175>

¹Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Administração, Recife, PE, Brasil

²Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Ciências Sociais, João Pessoa, PB, Brasil

³Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, PE, Brasil

⁴Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo, Caruaru, PE, Brasil

⁵Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Hotelaria e Turismo, Recife, PE, Brasil

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os principais desafios à formação de uma agenda pública para valorização e desenvolvimento coletivo do artesanato no Alto do Moura, centro de artes figurativas em barro situado no município de Caruaru, Pernambuco. Por meio de pesquisa qualitativa, foram efetuadas entrevistas com artesãos e formadores de opinião, com grupos focais e elaboração de notas de campo. A técnica utilizada foi a análise temática de conteúdo do material empírico. Os principais desafios elencados corresponderam à complexidade e à multidimensionalidade das demandas relatadas; à necessidade de sensibilidade no olhar para as questões simbólicas referentes a traços culturais da atividade artesã; à dissonância entre a visão do negócio pelos artesãos e visão adotada pelo poder público e órgãos de fomento e, por fim, à gestão da transversalidade de questões que demandam políticas intersetoriais.

Palavras-chave: construção de agenda, políticas públicas, artesanato, demandas locais, Alto do Moura.

ABSTRACT

This paper aimed to analyze the main challenges to the formation of a public agenda for the valuation and collective development of crafts in Alto do Moura, a clay figurative arts center located in the city of Caruaru, Pernambuco. Through qualitative research, interviews were conducted with members of artisan community and opinion makers, in addition to focus groups and field notes. The technique used was the thematic content analysis of the empirical material. The main challenges listed corresponded to the complexity and multidimensionality of the reported demands; the need for sensitivity in looking at symbolic issues related to cultural traits of crafts; the dissonance between the view of the business by the craft workers and the view adopted by the government and development agencies; and, finally, the management of transversality of problems that require intersectoral policies.

Keywords: agenda setting, public policies, crafts, local needs, Alto do Moura.

RESUMEN

Este trabajo tuvo como objetivo analizar los principales desafíos en la elaboración de una agenda pública para la valoración y el desarrollo colectivo de artesanías en Alto do Moura, un centro de artes figurativas de arcilla ubicado en el municipio de Caruaru, Pernambuco. A través de una investigación cualitativa, se realizaron entrevistas a miembros de la comunidad artesanal y a formadores de opinión, además de grupos focales y notas de campo. La técnica utilizada fue el análisis de contenido temático del material empírico. Los principales desafíos enumerados correspondieron a la complejidad y multidimensionalidad de las demandas reportadas; a la necesidad de sensibilizar al mirar cuestiones simbólicas relacionadas con los rasgos culturales de la actividad artesanal; a la disonancia entre la visión del negocio de los artesanos y la visión adoptada por el gobierno y las agencias de desarrollo y, finalmente, a la gestión de la transversalidad de problemas que requieren políticas intersectoriales.

Palabras clave: elaboración de agendas, políticas públicas, artesanía, demandas locales, Alto do Moura.

INTRODUÇÃO

A sistematização de demandas de setores específicos apresenta-se como etapa elementar à construção de agenda em políticas públicas, em particular daquelas direcionadas a localismos onde os recursos organizacionais, financeiros e o tempo dos atores envolvidos são limitados. Afinal, para fazer com que um problema público ou uma proposta de intervenção receba mais atenção, é mais oportuna a articulação de interesses da comunidade e seu alinhamento à influência das agendas da mídia, política, governamental e da opinião pública como um todo (Secchi, 2012).

A comunidade artesã do Alto do Moura, bairro situado no município de Caruaru, Agreste Pernambucano, pode ser vista como um desses localismos. Dispondo de certo capital simbólico, assim como outras localidades brasileiras com referenciada tradição artesã, e apresentando essa tradição associada ao seu potencial turístico e cultural (Becker, 2017), a comunidade tem na produção de artesanato em barro sua principal atividade econômica e identitária.

Embora demonstre conexão com as atividades ligadas ao turismo e à cultura, não se observa, no município, uma agenda pública com ênfase específica no artesanato. Para tanto, além das estratégias que almejem mais visibilidade para o artesanato local, também é necessário vislumbrar outras potencialmente úteis ao desenvolvimento desse ofício no cenário atual, de forma mais pontual e prática. Entretanto, apenas com os problemas uma vez identificados é que se pode dar lugar à ação do poder público (Subirats, 2007). Diante disso, este trabalho toma como objetivo responder à seguinte pergunta: quais os principais desafios à formação de uma agenda pública para a valorização e o desenvolvimento coletivo do artesanato no Alto do Moura, a partir de uma abordagem local?

A maior parte dos estudos sobre formação da agenda de políticas públicas no Brasil busca analisar fundamentalmente a governamental (Capella, 2018). Alguns dos modelos teóricos sobre formação de agenda frequentemente referenciados por esses estudos são o Modelo de Múltiplos Fluxos (Kingdon, 2003) e Modelo do Equilíbrio Pontuado (Baumgartner & Jones, 1993) (Capella, 2020; Rodrigues Neto & Barcelos, 2020). Esses modelos também apresentam forte orientação para a agenda governamental ou se voltam para descrição de como ocorrem mudanças neste nível de agenda.

Este artigo inspira-se na conceituação teórica de Cobb e Elder (1971, 1983) sobre agenda sistêmica para descrever e analisar, por meio de uma estratégia de pesquisa qualitativa, uma experiência empírica de construção de uma agenda pública de demandas comunitárias no Alto do Moura e os seus principais desafios. Para atender ao objetivo de pesquisa, após esta introdução, apresentamos uma explanação sobre o artesanato em barro na localidade. Na terceira seção, é recuperado o aporte teórico sobre construção de agenda pública. Na quarta, apresentam-se os procedimentos metodológicos e a sistematização das demandas. Na seguinte, o material empírico é analisado à luz da literatura. Por fim, são expostas as conclusões quanto aos principais desafios percebidos pelos autores à formação do referido tipo de agenda.

O ARTESANATO EM BARRO NO ALTO DO MOURA, CARUARU-PE

Herdeiro de um estilo de vida rural presente desde quando ainda se chamava “Sítio dos Moura”, em Caruaru-PE, o ofício artesão na comunidade do Alto do Moura teve sua origem no trabalho de mulheres, conhecidas como loiceiras (sic), dedicadas ao artesanato de bens utilitários (Silva, 2016; Rocha, 2014). Entretanto, foi a partir do legado do artesanato figurativo deixado por Vitalino Pereira dos Santos (1909-1963), que “a arte dos bonecos em barro” se tornou reconhecida nacionalmente (Rocha, 2014).

Além de polo de artesanato, o Alto do Moura pode ser visto como localidade de forte representação cultural. Além dos itens em barro, expostos nas lojas e oficinas do bairro, onde maior parte dos artesãos confecciona e comercializa suas peças, existem diversos grupos culturais como mazurca, reisado e pastoril infantil (Silva, 2011).

Para o Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), a definição da atividade artesã corresponde a:

“Toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expresse criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade” (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços [Mdic], 2018, p. 34).

Por meio de uma análise das ações do PAB, política pública voltada para o artesanato em nível nacional, observa-se como principal instrumento a Carteira Nacional do Artesão, pela qual o profissional assegura, gratuitamente, identificação para participação em feiras, nacionais e internacionais, acesso a incentivos fiscais que alguns Estados oferecem, isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na comercialização dos seus produtos, bem como facilidade de acesso ao microcrédito (Sempe, 2018).

Quanto às políticas públicas estaduais de artesanato, estas consistem na comercialização de produtos nos Centros de Artesanato de Pernambuco (Cape), na Unidade Móvel do Artesanato e na coordenação da Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte). Em relação às políticas públicas de artesanato municipais, não há um programa estabelecido, mas apenas ações isoladas realizadas pela gestão municipal, mediante a Fundação de Cultura de Caruaru (FCC). Dada a boa relação entre a Associação de Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (Abmam) e a FCC, geralmente, as solicitações da associação são atendidas pela fundação e consistem em apoio à limpeza dos banheiros da Abmam destinados aos turistas, pagamento aos artesãos que participam das oficinas em barro com os turistas no período das festas de São João e eventuais apoios a feiras e eventos (Lorêto, 2016).

Fruto de uma emenda constitucional, o Alto do Moura foi cenário do Projeto Revitalino que tinha como objetivo a revitalização do bairro por meio da pavimentação de suas ruas principais, de um estacionamento para os turistas, um novo pórtico para o local, receptivo turístico, casa da mulher artesã, além de cineteatro, academia do povo e padronização dos ateliês. As obras desse projeto iniciaram em 2014 e deveriam ser concluídas no prazo de 12 meses, porém esse prazo não foi cumprido e algumas das ações previstas também não foram executadas (Lorêto, 2016). Mesmo com todo o potencial turístico e artístico assentado na cultura do artesanato, os artesãos

e moradores do Alto do Moura não percebem a existência de uma agenda pública estadual ou municipal capaz de melhorar seus ganhos e suas condições de trabalho. Excetuando-se os benefícios proporcionados pela carteirinha do artesão, o período referente à Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenearte) – de organização anual do governo do Estado de Pernambuco – e o das festividades juninas ainda são relatadas muitas dificuldades. Em particular, a carência de diálogo com as políticas públicas no sentido de compreensão e atendimento de demandas e peculiaridades locais (Lorêto, 2016).

Neste trabalho, inspiramo-nos na conceituação teórica de Cobb e Elder (1971, 1983) sobre agenda sistêmica para descrever e analisar quais os principais desafios à formação de uma agenda pública para a valorização e o desenvolvimento coletivo do artesanato no Alto do Moura, a partir de uma abordagem local.

A agenda sistêmica consiste num conjunto de questões percebidas como merecedoras de atenção do público de uma comunidade política (Cobb & Elder, 1983). As prioridades desse tipo de agenda nem sempre correspondem àquelas definidas pela agenda governamental (Cobb & Elder, 1971). Assim, o entendimento do que chamamos de abordagem local reside na necessidade de uma escuta focalizada nos artesãos e moradores da comunidade, para a partir disso pensar sobre a elaboração de uma agenda pública e sua divulgação (ao poder público ou grupos de interesse).

SOBRE CONSTRUÇÃO DE AGENDA PÚBLICA: O QUE DIZ A LITERATURA

As formas como se compreende um conjunto de demandas como se identificam os atores políticos envolvidos com determinadas questões públicas e as diferentes maneiras pelas quais um problema pode ser definido orientarão o debate que permeará as escolhas no processo decisório e influenciará as ações nos momentos de sua implementação e avaliação (Capella, 2018).

Tanto estudos pioneiros como abordagens contemporâneas sobre construção de agenda compartilham uma preocupação comum a respeito da análise de questões que se apropriam de atenção em espaços públicos enquanto outras são deixadas de lado (Rodrigues Neto & Barcelos, 2020). Há quem advogue que muito mais erros ocorram como resultado de uma definição equivocada de um problema do que pela proposição de soluções ruins para problemas bem definidos (Dunn, 1981; Subirats, 2007). Uma agenda pode ser definida como uma coleção de problemas, um entendimento consensual sobre causas, símbolos, soluções e outros elementos que concentram a atenção do público em torno de um problema (Birkland, 2005). O acesso a tais símbolos e imagens pode dar mais ou menos visibilidade a uma agenda, assim como permitir que seja conhecida por um grupo maior ou menor de atores (Birkland, 2007). Desse modo, a agenda envolve tanto uma dimensão mais difusa de crenças e entendimentos sobre problemas, quanto aspectos concretos, materializados em documentos como projetos de lei e outros instrumentos. Outra definição de agenda fala sobre “um conjunto de questões comunicadas em uma hierarquia de importância em determinado momento” (Dearing & Rogers, 1996, p. 02).

Um dos aspectos-chave para a compreensão do processo de construção de agenda em seu ponto de partida consiste na definição do problema público, por meio do qual o debate sobre uma questão é estruturado, podendo chamar a atenção dos tomadores de decisão. Para Schattschneider (1960), um problema público só toma efetivamente tal forma quando é resultado da capacidade de pessoas se mobilizarem em torno de questões que, a princípio, tendem a incomodar um grupo de indivíduos.

A expansão do conflito em torno de tais questões demandaria o envolvimento de um público ampliado chamado de audiência. Assim, os interessados em explorar o conflito e transformá-lo numa questão política mobilizarão apoio popular, buscando torná-lo cada vez mais politizado por meio do engajamento daqueles que inicialmente não estavam envolvidos. Nesse sentido, explica-se a noção do autor de que a política representaria “a socialização do conflito” (Schattschneider, 1960, p. 38,). Para aquelas questões que aglutinam a concordância de quase toda uma audiência, dificulta-se a defesa de um ponto de vista contrário. São as chamadas “questões de valência”, que se apresentam com significativa legitimidade social (Baumgartner & Jones, 1993).

Nesse sentido, as estratégias de expansão ou contenção de um conflito dependem, em parte, da própria natureza do problema (Cobb & Elder, 1971). Quanto maior for o alcance social (real ou percebido), quanto mais relevante do ponto de vista temporal (mais urgente), quanto menos técnico; quanto menos precedentes claros e quanto mais ambíguos (menos específicos) forem os problemas, maiores serão as chances de mobilização de audiência (Capella, 2018).

Rochefort e Cobb (1994) elencam alguns elementos, frequentemente empregados na definição de problemas. Esses elementos são referentes a causalidade (seus pressupostos de origem, intencionais ou não intencionais); gravidade (as consequências que determinam sua seriedade); proximidade (geográfica, geopolítica ou mesmo pelo estabelecimento de um vínculo emocional); novidade (notoriedade em situações não usuais ou sem precedentes); público-alvo (população afetada); crise (situação especialmente grave e que demanda atenção e ação corretiva, quando existem várias questões competindo por atenção); soluções (entendimento de que há meios suficientes para dar suporte à solução e que esse esforço é válido) etc.

Igualmente relevante para discussão sobre construção de agenda é a compreensão dos papéis da agenda sistêmica, da governamental e da decisória (e especializada). A sistêmica, também denominada informal, é a mais abrangente, dentro da jurisdição legítima de uma autoridade governamental existente (Cobb & Elder, 1971, 1983). Um conjunto de problemas ganha forma de agenda sistêmica quando parte considerável do público demanda algum tipo de ação concreta do Estado com relação a certas questões (Capella, 2018). A agenda institucional ou governamental é subconjunto da sistêmica. Se um problema ou ideia é elevado com êxito da sistêmica para a institucional, trabalha-se com uma lista de itens levada em consideração pelos tomadores de decisão competentes (Cobb & Elder 1983). Em último nível está a agenda decisória, que envolve questões prontas para se tornarem instrumento de tomada de decisão pelos formuladores de políticas públicas. Já as agendas especializadas – referentes à saúde, aos transportes e à educação, por exemplo – refletem a natureza setorial da formulação de políticas públicas (Kingdon, 2003).

Não são todas as questões inseridas na agenda sistêmica que irão conseguir alcançar a agenda decisória. Pelo contrário, dentre outras razões, é por meio do “bloqueio da agenda” ou de sua negação que determinados problemas são mantidos fora do debate político e, portanto, fora do campo de atuação governamental (Birkland, 2007; Capella, 2016, 2018).

A concepção da ideia de agenda sistêmica estaria próxima da linha de estudo que Rogers e Dearing (1988) consideram como “definição da agenda pública”, cuja tradição de pesquisa tem como principal variável a importância percebida pela opinião pública geral sobre um conjunto de temas, ou seja, a identificação das questões que o público considera importante.

As demandas podem ser descritas como “novas” quando relativas a novos problemas, novos atores políticos, ou quando saíram da condição de “estado de coisas” e passaram a fazer parte do debate político. São consideradas como demandas “recorrentes” aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que, por isso, voltam com recorrência ao debate político. Por fim, as demandas “reprimidas” representam não-decisões, referentes a questões não discutidas ou bloqueadas e que podem permanecer por certo tempo como estado de coisas, seja por conta de tabus sociais, desinteresse político etc. (Rua, 1998; Capella, 2016).

O Quadro 1 apresentado a seguir sintetiza as principais abordagens teóricas da literatura sobre agenda até aqui discutidas e cujos termos-chave serão recuperados na seção de análise.

Quadro 1. Principais abordagens teóricas da literatura sobre agenda

ABORDAGENS	TERMOS-CHAVE/CONCEITOS	AUTORES
Mobilização em torno do problema público (Modelo de “mobilização de viés”)	Questões Mobilização Socialização do conflito Audiência	Schattschneider (1960)
Nível de consenso sobre legitimidade de questões da agenda (Modelo do Equilíbrio pontuado)	Questões de valência	Baumgartner e Jones (1993)
Elementos empregados na definição de problemas	Causalidade Gravidade Proximidade Novidade Público-alvo Crise Soluções	Rochefort e Cobb (1994)
Estudos sistemáticos sobre formação de agenda no campo da Ciência Política	Agenda sistêmica ou informal Agenda governamental ou institucional	Cobb e Elder (1971, 1983)

Mudança de agenda (Modelo de Múltiplos Fluxos)	Agenda decisória	Kingdon (2003)
Tradições na definição da agenda pública	Definição da agenda pública Definição da agenda midiática Definição da agenda das políticas públicas	Rogers e Dearing (1988)
Tipos de demandas	Estado de coisas Demandas novas Demandas recorrentes Demandas reprimidas Não decisões	Rua (1998); Capella (2016)

Nota: Ressaltamos que, para as abordagens mencionadas, encontram-se elencados apenas os termos-chave que foram considerados pertinentes à discussão teórica e analítica à qual este artigo se propõe.

Na literatura contemporânea, mostra-se recorrente a importância da participação de diversos atores não institucionais na formulação da agenda de políticas públicas. Ainda mais nas últimas décadas, dado que o “público” da administração pública foi redefinido, ampliando-se para além dos limites burocráticos e jurisdicionais do governo, e passando a incluir organizações não governamentais, entidades do setor privado, da própria comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos não apenas no processo de formulação, mas também na implementação e no controle de políticas públicas (Farah, 2011; Parada, 2007).

Cobb e Elder (1983) apontam uma relação direta entre o processo de construção de agenda e a ampliação da democracia via participação popular no processo de políticas públicas. Para tanto, destacam como pressuposta a necessidade de envolvimento e de participação de mais atores na identificação de demandas. Captar a atenção da população aumentaria tanto o escopo democrático no reconhecimento e na expansão de um problema, quanto influenciaria na dinâmica de priorização desses problemas, uma vez que a mobilização popular tornaria essas questões mais visíveis à própria administração pública (Capella & Gonçalves Brasil, 2015).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa básica, pautada na compreensão de significados e interpretação de categorias analisadas de maneira indutiva (Merriam & Tisdell, 2016). Caracteriza-se também por seu caráter exploratório e descritivo, pois almeja preencher lacunas sobre a compreensão dos desafios na comunidade artesã para a formação de uma agenda pública e registra informações que outrora não estavam disponíveis (Alves-Mazzotti & Gewandsnajder, 1998).

O roteiro de investigação que deu origem ao corpus é fruto de um projeto de pesquisa que visou a sistematizar diretrizes para uma agenda de prioridades do bairro, tanto a serem pleiteadas

ao poder público municipal, quanto para nortear a atuação da Abmam entre seus associados. A coleta de informações ocorreu entre agosto de 2017 e junho de 2018.

Foram realizadas 25 entrevistas individuais com membros da comunidade artesã do Alto do Moura; 5 entrevistas com formadores de opinião (dentre eles dois historiadores locais; um pároco da comunidade; uma médica responsável pela Unidade de Saúde da Família da comunidade; e um ex-membro da diretoria da Abmam); 2 grupos focais na comunidade (um com membros da atual diretoria da Abmam e outro com integrantes do Grupo Flor do Barro, conjunto formado apenas por mulheres artesãs que declaram ter como objetivo manter viva a tradição do artesanato local); além de notas de campo e notas elaboradas a partir do acompanhamento de reuniões ordinárias da Abmam. Foram construídos roteiros semiestruturados tanto para as entrevistas quanto para os grupos focais.

Dessa investigação resultou um relatório técnico com um mapeamento dos principais problemas apontados pelos participantes, incluindo algumas sugestões de melhorias. O material empírico foi trabalhado usando a análise temática de conteúdo (Bardin, 2000). As demandas identificadas foram mapeadas e categorizadas, a priori, em quatro tipos: cultura de valorização do artesanato e desenvolvimento coletivo do negócio; saúde coletiva; segurança; e infraestrutura urbana.

Foi realizada a divulgação virtual desse relatório e também organizado um evento para partilhar suas informações com o poder público municipal (estando presentes representantes de várias secretarias), veículos de comunicação, Abmam e demais públicos interessados. Assim, a equipe de pesquisa colocou-se à disposição para discutir as demandas comunitárias, entre as quais as mais recorrentes e de maior abrangência (quantidade de questões) disseram respeito ao tema “cultura de valorização do artesanato e desenvolvimento coletivo do negócio”.

Neste artigo optamos por discorrer apenas sobre as demandas referentes a essa primeira categoria do relatório técnico, objetivando compreender quais os principais desafios à formação de uma agenda pública para a valorização e o desenvolvimento coletivo do artesanato no Alto do Moura, a partir de uma abordagem local.

Para fins de classificação dos trechos apresentados, foi utilizada a seguinte codificação: FOR – para entrevistas com formadores de opinião; ART – para entrevistas com membros da comunidade artesã; G. FLOR DO BARRO – para Grupo Focal com o Flor do Barro; G. ABMAM – para Grupo Focal com a ABMAM; RO – para depoimentos obtidos em Reunião Ordinária e NC – para depoimentos obtidos mediante Notas de Campo.

DESAFIOS À VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO E AO DESENVOLVIMENTO COLETIVO DO NEGÓCIO EM ANÁLISE

Nos últimos anos, a dificuldade de manutenção econômica através do artesanato tem provocado uma crise que pode ser caracterizada pelo desengajamento do ofício e por diversos tensionamentos entre os artesãos (Sá, Souza, Sousa & Leal 2020; Sousa, Sá, Souza & Silva, 2020). Num contexto de “crise”, é natural a evidenciação de várias questões que competem por atenção (Rochefort & Cobb, 1994).

Para discorrer sobre uma agenda para valorização e desenvolvimento coletivo do negócio do artesanato no Alto do Moura, focamos em duas dimensões: a primeira relativa à necessidade de fomento de uma (1) cultura de valorização do artesanato per se – abrangendo questões relativas a demandas por mais divulgação da atividade, ao planejamento de políticas que componham um turismo cultural, e não apenas voltado para os festejos juninos da cidade, mas capaz de elevar a percepção sobre a identidade simbólica do artesanato por turistas e habitantes locais –; e uma segunda dimensão referente aos (2) focos de aprimoramento na gestão da produção, comercialização e das estratégias de mercado a serem desenvolvidas – abrangendo questões técnicas sobre o processo produtivo, as vendas, as perspectivas de negócio, as relações com atravessadores e com o poder público, com vistas à sustentabilidade econômica e ecológica da atividade. A seguir, são apresentadas as principais questões analisadas dentro de cada dimensão.

Cultura de valorização do artesanato per se

Em meio às dificuldades de manutenção econômica por meio da atividade e da carência de atenção do poder público relatada pela comunidade, emerge, a princípio, um problema de visibilidade externa do artesanato. A menção à falta de divulgação foi recorrente, configurando-se como uma questão de valência (Baumgartner & Jones, 1993) na comunidade: falta “levar pra fora, passar na televisão” (ART 2). Sobre a participação em feiras como a Fenearte, a reclamação é faltar um suporte para que mais artesãos possam participar, quando muitas vezes não conseguem vender suas peças a um preço justo que cubra sequer os custos do deslocamento e das despesas da viagem até a capital Recife (ART 9).

Além da carência de divulgação, boa parte das discussões em torno da visibilidade externa do artesanato também são decorrentes da percepção negativa sobre o “turismo de evento” que acontece no bairro, principalmente no período junino: “muitos até visitam o Alto do Moura, vão nos restaurantes comer um pedacinho de bode, bebem uma cerveja, mas não compram o artesanato” (ART 16).

Como uma atividade também cultural, considera-se que, quando integrado aos aparelhos turísticos adequados, o artesanato poderia constituir uma base pertinente para experiências formativas e de qualificação para os diversos tipos de trabalhadores da área (Becker, 2017). Entretanto, pelos depoimentos de boa parte dos pesquisados, o investimento feito no turismo que movimenta o Alto do Moura não se caracteriza como um turismo cultural e não incorpora, aos olhos da comunidade, melhores condições de trabalho para os artesãos:

A gente tem o São João melhor do mundo, o do Alto do Moura, mas a gente não tem a valorização do artesão porque não tem nada cultural aqui, eles colocam mazorca 11 horas da manhã até meio-dia e depois coloca essas bandas que só traz o público jovem que não vai comprar (G. FLOR DO BARRO).

Assim, aponta-se para uma demanda relativamente nova (Rua, 1998; Capella, 2016), que passou a compor o debate de questões sobre o turismo no Alto do Moura, sobretudo no período junino: “Tem essa questão, ou a gente se junta ou isso aqui vai ficando só, como se fosse uma referência de festa, mas não do artesanato” (FOR 1). Essa demanda corresponde a um conjunto

de questões que impactam o modo como o público-alvo (Rochefort & Cobb, 1994) absorve elementos de uma aparelhagem turística pouco apelativa em termos “culturais”, como reforçado em: “O Alto do Moura, na época que eu cheguei lá, tinha se transformado de referência de cultura, como o maior centro de cultura das artes figurativas das Américas, estava com o maior centro de bares de poluição sonora das Américas” (FOR 4).

Um elemento importante para a constituição de uma agenda é a sua permissividade à ação governamental, já que a formulação de políticas também depende de valores dos tomadores de decisão envolvidos e da disponibilidade de ferramentas para interferir nos problemas e solucioná-los de forma viável (Rochefort & Cobb, 1994; Capella, 2018). Aos olhos da comunidade, existem meios válidos para estimular uma cultura de valorização do artesanato: “Poderia ser feito um roteiro turístico para conhecer o museu e depois ir até os ateliês ver o trabalho, né!? E pra você ver, não se gasta muito para fazer isso, e área tem muita aqui, mas não fazem” (ART 10). A importância de uma agenda midiática (Rogers & Dearing, 1988; Capella & Gonçalves Brasil, 2015) também é ressaltada quando apontam para a necessidade de uma política apoiada por uma divulgação mais intensa, por meio de eventos e festivais, e ancorada sobretudo na divulgação no rádio e na televisão (ART 16).

Inerente ao anseio por políticas de fomento a uma cultura de valorização do artesanato, encontra-se uma questão simbólica, que nutre a busca por identidade e por reconhecimento do Alto do Moura para a cidade de Caruaru, e que demandaria, por isso, políticas “pela sua especificidade, sua pujança, pela sua história e pela força simbólica que ela ocupa no Estado, na região Nordeste” (FOR 1). Tal perspectiva é reforçada por depoimentos recorrentes, do tipo: “... porque assim, o mais que deu nome a Caruaru se chama Alto do Moura, a terra de Vitalino” (ART 11); “Quer dizer, se nosso governo olhasse para o Alto do Moura no sentido que o Alto do Moura é: uma cidade dentro de Caruaru... Porque nós consideramos assim [...]” (G. ABMAM).

Depoimentos como esse ilustram o nível de proximidade que os moradores do bairro têm com a questão da falta de reconhecimento que tem sofrido a atividade artesã de maneira geral. Não apenas pela proximidade geográfica, por serem moradores do bairro e conviverem diariamente com essa realidade, mas também em virtude do vínculo emocional que apresentam com o ofício e com o barro (Rochefort & Cobb, 1994).

Mas ao mesmo tempo em que se observa uma desvalorização da cultura do artesanato problematizada pelos membros da comunidade, há também uma apropriação simbólica dessa cultura e do nome de seu mais referenciado mestre, por outros setores econômicos e organizações de natureza pública ou privada que nada têm a ver com artesanato na cidade.

O poder público poderia colaborar para dar o retorno a esse nome de Vitalino, agora bota nome de Vitalino em tudo quanto é coisa... [...] e esses nomes são colocados aí, e o político bota o nome de um hospital ‘Mestre Vitalino’ (FOR 3).

Esse depoimento ilustra, para as questões de reconhecimento e de apropriação, como os problemas não estão descolados das dinâmicas mais amplas da sociedade, da política e da economia local (Capella, 2018). Entretanto, para lidar com essas questões específicas à apropriação cultural do artesanato, não se percebe uma mobilização comunitária (Schattschneider, 1960).

Focos de aprimoramento na gestão da produção, comercialização e estratégias de mercado a serem desenvolvidas

O modo pelo qual um problema público é estruturado diz muito a respeito dos tipos de questões evidenciadas, bem como do nível de mobilização (do conflito) necessário para que o problema ganhe tal *status*. A expansão do conflito em torno de certas questões é que faz com que se alcance maior audiência (Schattschneider, 1960), permitindo que indivíduos se articulem em busca de alternativas viáveis. O relato de algumas experiências mobilizatórias nesse sentido pode ser ilustrado por articulações ocorridas no Alto Moura, envolvendo artesãos, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PE) e poder público municipal em busca de técnicas, parcerias e políticas específicas para institucionalizar práticas de melhoria das etapas do processo produtivo e as vendas dos produtos artesanais.

Uma primeira tentativa incorreu em uma espécie de consultoria técnica oferecida pelo Sebrae, que previa orientar os artesãos quanto ao uso de embalagens alternativas, uso de um selo de procedência e assinaturas, já que “grande parte deles não assinava porque o atravessador exigia isso, porque compravam em grande quantidade e botavam lá ‘made in Salvador’ (FOR 2)”.

A mesma iniciativa de parceria com o Sebrae previa, ainda, o apoio de designers para orientações sobre o estilo das peças. Essa ideia, no entanto, gerou certo desconforto na comunidade, como pode ser explicado a partir do depoimento:

Assim, nesses pontos cabe uma consultoria, como organizar melhor a forma de relacionamento deles tanto como ceramistas como comerciantes. Agora, eles poderiam ver uma forma de modernização, a questão dos cartões, aí eu acho positivo, agora você trazer um designer... vai ensinar o que? A redesenhar o boi de Vitalino, é? Aí é esse tipo de política pública que sempre se praticou, de goela a baixo e projetos montados em gabinetes, distantes da realidade (FOR 2).

A fala reflete a insatisfação pela falta de diálogo e de consulta no que se refere ao modo como se implementam programas e projetos, por parte dos órgãos públicos e do Terceiro Setor e, em particular, como se relacionam com os artesãos. Ela corrobora a lacuna existente entre as prioridades da agenda sistêmica e as prioridades consideradas pela agenda governamental (Cobb & Elder, 1971).

Referindo-se mais especificamente ao Sebrae, um dos artesãos pontuou numa das reuniões da Abmam que: “Ele quer empresário, ele não quer artesão”. E prosseguiu, “sobre o Sebrae o que eu escuto é reclamação”. Para ele, “o Sebrae não nos ajuda, somos artesãos pequenos” (RO-ART).

O conteúdo de uma agenda sistêmica (Cobb & Elder, 1971, 1983) eventualmente depende da hierarquia assumida por um conjunto de questões comunicadas em determinado momento (Dearing & Rogers, 1996). Avaliando-se as questões comunicadas pelo Sebrae aos artesãos na situação descrita – consultoria técnica, design das peças – os depoimentos permitem inferir, por parte dessa entidade, uma rigorosa orientação formal para aspectos técnicos sobre comercialização.

Enquanto, por um lado, certas questões parecem despertar percepções negativas da comunidade quanto às soluções apresentadas por atores externos ao problema, por outro podem

provocar percepção positiva quanto a alternativas viáveis, em virtude de serem levantadas por propositores com maior proximidade e envolvimento (Rochefort & Cobb, 1994). Conquistam, assim, maior adesão e concordância. É o caso das discussões sobre alternativas viáveis para melhorar a questão da comercialização interna e externa de artesanato.

Do ponto de vista dos artesãos, boa parte das alternativas viáveis para melhoria das vendas giram em torno de educação formativa: “Poderia ser criada uma matéria sobre o artesanato nas escolas da comunidade, o que poderia ajudar os jovens a dar continuidade na arte” (ART 2). No que se refere à comercialização interna, as alternativas mencionadas permanecem, em sua maioria, associadas ao apoio do poder público municipal, como a proposta de viabilização da oferta de cursos para incentivar e divulgar ainda mais o artesanato do Alto do Moura (NC-ART).

Por fim, ressalta-se a questão da sustentabilidade ecológica da atividade artesã, evidenciada por aspectos que dizem respeito sobretudo à reserva de matéria-prima (barro) e ao uso da lenha para a queima de peças. A ausência ou diminuição muito grande da reserva da argila às margens do Rio Ipojuca tem preocupado, chegando a gerar em alguns artesãos o receio de que um dia não esteja mais disponível (ART 7). Nesse caso, a apropriação de áreas pela prefeitura é apontada como uma demanda reprimida, uma vez que ainda se apresenta como estado de coisas em relação ao qual poucos atores políticos se manifestam ou não se tomou nenhuma decisão pública a respeito (Rua, 1998; Capella, 2016).

A procedência da lenha e a questão da poluição gerada por seu uso também têm emergido, ainda que pontualmente, entre alguns moradores da comunidade, que sugerem como solução o financiamento, por parte do poder público, da troca dos fornos à lenha por aparelhos a gás (ART 7). Essa medida, entretanto, se apresenta contraditória entre boa parte dos artesãos, sem potencial para mobilização (Schattschneider, 1960). Por valores muito fortes ainda arraigados ao costume de queima das peças nos fornos, trata-se de uma demanda também pouco ventilada ou, por vezes, bloqueada (Rua, 1998; Capella, 2016) nas discussões que têm como foco o aprimoramento das práticas de sustentabilidade da atividade nesse sentido.

CONCLUSÕES

Com base na análise das dimensões e em nossa interpretação das particularidades de cada uma, elencamos os principais desafios à formação de uma agenda pública para a valorização e o desenvolvimento coletivo do artesanato no Alto do Moura, a partir de uma abordagem local: (1) complexidade e multidimensionalidade das demandas; (2) necessidade de sensibilidade no olhar para as questões simbólicas referentes a traços culturais da atividade artesã; (3) dissonância entre a visão do negócio pelos artesãos e a adotada pelo poder público e pelos órgãos de fomento; (4) gestão da transversalidade de questões que demandam políticas intersetoriais, como turismo e sustentabilidade. Detalhamos, a seguir, cada um deles.

Quanto à complexidade e multidimensionalidade das demandas: as questões relativas à primeira dimensão “cultura de valorização do artesanato per se” tendem a girar em torno de crenças e de entendimentos das pessoas sobre os problemas, demandando, assim, maior

subjetividade para sua compreensão e, por conseguinte, maior complexidade para o desenho de alternativas e formulação de políticas públicas viáveis. Essas questões, sendo menos técnicas, mais ambíguas e sem muitos precedentes claros, também tendem a se proliferar com maior facilidade e disseminar-se no discurso da comunidade (Capella, 2018), mobilizando mais audiência (Schattschneider, 1960).

Em relação à segunda dimensão, “focos de aprimoramento na gestão da produção, comercialização e das estratégias de mercado a serem desenvolvidas”, emergem questões mais pragmáticas, que tendem a demandar maior facilidade no desenho de alternativas – a perceber pela quantidade de alternativas disponíveis que emergiram junto com os problemas relatados, em comparação à dimensão anterior. Apresentam, portanto, maior nível de aderência quanto ao conjunto de soluções disponíveis ao se considerar uma transição da agenda sistêmica para uma futura agenda governamental (Cobb & Elder 1971, 1983).

A respeito da necessidade de sensibilidade no olhar para as questões simbólicas referentes a traços culturais da atividade artesã: o acesso a certos símbolos e certas imagens permite dar mais ou menos visibilidade a uma agenda, bem como possibilita o acesso de um grupo maior ou menor de atores a ela (Birkland, 2007). Os símbolos percebidos como importantes no discurso dos entrevistados são referentes à riqueza artística e cultural do Alto do Moura, tais como seus mestres, museus e grupos culturais. Compreender como se manifesta essa riqueza simbólica é um desafio que demanda por sensibilidade no olhar dos formuladores de políticas para tal público.

Em relação à dissonância entre a visão do negócio pelos artesãos e a adotada pelo poder público e pelos órgãos de fomento: os problemas referentes à estratégia de mercado e ao escoamento da produção vêm crescendo, não exclusivamente no Alto do Moura, mas para o artesanato de maneira geral. Por isso mesmo, consideramos crucial o desenvolvimento, entre os artesãos da comunidade, de uma visão mais ampla do ofício como negócio, em referência às questões discutidas na segunda dimensão.

Nesse sentido, por exemplo, observamos a visão do atravessador que, enquanto operador intermediário do mercado, trata o produto artesanal como commodity, pois tende desconsiderar a dimensão simbólica do negócio. Não estaria então, a dimensão simbólica (que nutre a busca por reconhecimento observada entre os artesãos) dificultando uma visão mais ampla de negócio entre os artesãos? Até que ponto e em que medida o simbolismo associado ao reconhecimento ajuda/atrapalha os artesãos a se desvencilharem do turismo cultural e buscar novas perspectivas de negócios? Como promover, na comunidade, maiores competências para diálogo com o poder público e para o melhor desenvolvimento coletivo do negócio do artesanato?

Para responder a essas e a outras sugestões de perguntas de pesquisa, será necessário acessar vias alternativas de articulação institucional para além das linhas de autoridade tradicionais já existentes (Parada 2007, Farah, 2011), tanto quanto mecanismos de coordenação horizontal ou interdepartamental na gestão pública.

No que se refere à gestão da transversalidade de questões que demandam políticas intersetoriais: a exemplo das questões que esbarram diretamente em temas como turismo e sustentabilidade, construir uma agenda de valorização e desenvolvimento coletivo do negócio do artesanato demanda esforços que dizem respeito à gestão da intersectorialidade de políticas

públicas no enfrentamento de problemas complexos (Costa & Bronzo, 2012; Marcondes, Sandim & Diniz, 2018; Costa & Medeiros, 2019).

Uma gestão dita “transversal” demandaria, pois, uma perspectiva integral desde a concepção do problema público. Tal abordagem, por sua vez, permitiria uma atuação coordenada da gestão pública e de demais atores envolvidos com o atendimento de demandas, na missão de aumentar a porosidade estatal e abrir espaço para políticas intersetoriais. Como descreve Gontijo (2012), ao designar uma abordagem transversal ao enfrentamento de problemas sociais específicos e complexos, é mais provável que temas estratégicos sejam filtrados de uma realidade multidimensional e transformados em temas prioritários.

Por fim, a percepção sobre todos esses desafios elencados anteriormente só reforça a importância de prestar atenção às lacunas persistentes entre as prioridades comunitárias e as prioridades consideradas pela agenda governamental. Como fruto de uma pretensão intervencionista de pesquisa acadêmica e contribuição ao tema da construção de agenda em políticas públicas, esse trabalho também pode ser lido como um convite para que o caminho inverso seja mais percorrido neste campo, ou seja, da empiria local (demandas localizadas) às observações sobre a constituição de agendas institucionais já postas.

REFERÊNCIAS

- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandsnajder, F. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.
- Baumgartner, F. R. & Jones, B. D. (1993). *Agendas and instability in american politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Becker, M. R. (2017). Confluências entre Turismo, Cultura e Artesanato. *Desafio Online* 5(1), 68-81. Recuperado de <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/3238>
- Birkland, T. A. (2005). *An introduction to the policy process*. Nova York: M. E. Sharpe.
- Birkland, T. (2007). Agenda Setting in public policy. In.: F., Fischer, G., Miller, & M., Sidney (Eds.), *Handbook of public policy analysis: Theory, politics and methods*. (pp. 63-78). Flórida: CRC Press.
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo*(1. ed). São Paulo: Edições 70.
- Capella, A. C. N. (2016). Agenda-setting policy: Strategies and agenda denial mechanisms. *Organizações & Sociedade*, 23(79), 675-691, doi: 10.1590/1984-9230713
- Capella, A. C. (2018). *Formulação de políticas públicas*. Brasília: Enap.
- Capella, A. C. N. (2020). Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: Um panorama das pesquisas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54(6), 1498-1512. Epub December 16, 2020. doi: 10.1590/0034-761220200689
- Capella, A. C. N. & Gonçalves Brasil, F. (2015). A trajetória dos estudos sobre a agenda de políticas públicas. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*. 24(2), 4-17, doi: 10.4322/tp.24211

- Cobb, R. W. & Elder, C. D. (1971). The politics of agenda-building: An alternative perspective for Modern Democratic Theory. *Journal of Politics*, 33(4), 892-915. doi: 10.2307/2128415
- Cobb, R. W. & Elder, C. D. [1972] 1983. Participation in American Politics: *The Dynamics of Agenda Building* (2nd ed.). Maryland: Johns Hopkins University Press.
- Costa, B. L. D. & Bronzo, C. (2012). Intersetorialidade no enfrentamento da pobreza: O papel da implementação e da gestão. In.: C.A.P., Faria (Org.), *Implementação de políticas públicas: Teoria e prática* (pp. 50-81). Belo Horizonte: PUC Minas.
- Costa, R. E., & Medeiros, A. K. (2019). Cooperação e Intersetorialidade na Política sobre Drogas no Brasil. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 5(1), 21-40, doi: 10.20401/rasi.5.1.255
- Dearing, J. W. & Rogers, E. M. (1996). *Agenda-setting*. Reino Unido: Sage.
- Dunn, W. N. (1981). *Public policy analysis*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Farah, M. S. (2011). Administração Pública e políticas públicas, *Revista de Administração Pública*, 45(3), 813-36. Recuperado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7016>
- Gontijo, J.G.L. (2012). Coordenação, cooperação e políticas públicas: Organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In.: C.A.P., Faria (Org.). *Implementação de Políticas Públicas: Teoria e prática* (pp. 82-122). Belo Horizonte: PUC Minas.
- Kingdon, J. (1984, 2003). *Agendas, alternatives, and public policies*. (3. ed). Rio de Janeiro: Harper Collins.
- Lorêto, M. (2016). *Políticas Públicas de Artesanato na Reprodução da Força de Trabalho dos Artesãos em Barro no Alto do Moura, Caruaru – PE*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29495>
- Marcondes, M. M., Sandim, T. L. & Diniz, A. P. R. (2018). Transversalidade e Intersetorialidade: Mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(1), 22-33. doi: 10.21118/apgs.v10i1.1527
- Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior). Diário Oficial da União (2018). *Portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018*. Publicado em: 01/08/2018. Edição: 147. Seção: Página: 34. Órgão: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços/Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. Recuperado de: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/34932949/do1-2018-08-01-portaria-n-1-007-sei-de-11-de-junho-de-2018-34932930
- Merriam, S. B. & Tisdell, E. J. (2016). *Qualitative research: A guide to design and implementation* (4. ed.). Reino Unido: Jossey-Bass.
- Parada, E. L. (2007). Política y políticas públicas. In.: E., Saravia, & E., Ferrarezi, (Eds.) *Políticas Públicas* (pp. 67-95). Brasília: Enap.

- Rocha, D. N. (2014). “A arte é para todos”: *Patrimônio cultural, tradição de conhecimento, processos sociotécnicos e organização social do trabalho entre os artesãos do Alto do Moura* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado de https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13265?locale=pt_BR
- Rocheffort, D. & Cobb, R. (1994). Problem definition: An Emerging perspective. In: D.A., Rocheffort & R.W., Cobb (Eds.). *The Politics of Problem Definition: Shaping the Policy Agenda* (pp. 1-31). Kansas: University of Kansas Press.
- Rogers, E. M. & Dearing, J. W. (1988). *Agenda-setting research: Where has it been? Where is it going?* Reino Unido: Sage.
- Rodrigues Neto, D. D., & Barcelos, M. (2020). Histórias na agenda: Uma aplicação do “Narrative Policy Framework”. *Revista de Administração Pública*, 54(6), 1632-1653. Epub December 16, 2020. doi: 10.1590/0034-761220190395
- Rua, M. G. Análise de políticas públicas: Conceitos básicos. In: M.G., Rua, & M.I.V., Carvalho, M. I. V. (Orgs.). (1998). *O estudo da política: Tópicos selecionados*. (pp. 231-260). Brasília: Paralelo 15.
- Schattschneider, E.E. (1960). *The Semi-Sovereign People*. Carolina do Norte: Winston.
- Sá, M., Souza, D., Sousa, J., & Leal, B. (2020). A comunidade artesã do Alto do Moura no século 21: Tensões emergentes em um espaço social local em transformação. *Política & Trabalho*, 52, 178-195. doi: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.51187
- Sousa, J. R. F., Sá, M., Souza, D. C., & Silva, S. K. (2020). Novos modos de fazer artesanato e desafios à manutenção econômica no Alto do Moura do Século XXI. *READ - Revista de Administração da EA/UFRGS*, 26(3), 557-585. doi: 10.1590/1413-2311.295.98565
- Secchi, L. (2012). Formação da agenda: Método de policy advocacy para ensino de políticas públicas. *Administração Pública e Gestão Social*, 4(1), 32-47. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4046>
- Sempe (Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa), Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. (2018). *PAB – Programa do Artesanato Brasileiro*. Recuperado de <http://www.sempe.mdic.gov.br/index.php/editoria-b/pab-programa-do-artesanato-brasileiro>
- Silva, A. J. (2016). *Mulheres vestidas de barro e os sentidos da produção de mestras artesãs da comunidade do Alto do Moura em Caruaru/PE* (Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/20334>
- Silva, E. F. (2011). Processos aprendentes e ensinantes dos/as artesãos/ãs do Alto do Moura: Tessitura de vida e formação. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco). Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4161>
- Subirats, J. (2007). Definición del problema: Relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: E., Saravia & E., Ferrarezi (Eds.). *Políticas Públicas* (pp. 199-218). Brasília: Enap.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Jessica Sousa: Análise Formal; Conceituação; Curadoria de Dados; Escrita – Primeira Redação; Investigação; Supervisão; Metodologia; Validação

Marcio Sá: Administração do Projeto; Curadoria de Dados; Investigação; Supervisão

Myrna Lorêto: Metodologia; Validação

Denise Sousa: Metodologia

Jessica Sousa, Marcio Sá, Myrna Lorêto, Denise Sousa: Escrita – Revisão e Edição; Visualização